

Fernando Molica

Madre Teresa não era boa fonte

Manter sigilo é obrigação de quem tem a guarda de documentos, não do repórter que recebe tais papéis. A este cabe apenas checar se tudo é verdade; caso seja, é importante tentar ouvir a parte citada antes de publicar uma informação que seja de interesse público.

Ao jornalista não cabe julgar as intenções da fonte ou avaliar quem poderá ser prejudicado com a publicação de um documento sigiloso. Que vaza algo secreto tem, de um modo geral, a vontade de ferrar com a vida de alguém, se não fosse assim, ninguém divulgaria nada. E o leitor deixaria de receber informações relevantes.

É provável — não sei de nada — que dados do contrato milionário da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes, tenham sido obtidos de maneira irregular e, depois, repassados para uma jornalista. Se foi isso que ocorreu, ela cumpriu com sua obrigação de checar e publicar; fez o que qualquer repórter teria feito — eu, inclusive. A história não foi desmentida.

Deve ter sido assim que ocorreu quando um vazamento de dados bancários de Fabrício Queiroz — antigo faz-tudo do hoje senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) —, e de sua mulher, Márcia, mostrou que o casal tinha feito depósitos na conta de Michelle Bolsonaro. Na época, a esquerda adorou a revelação.

Lá atrás, quando explodiram denúncias contra Fernando Collor de Mello, jornalistas receberam documentos bancários que provavam a existência de Caixa 2 no governo. Tesoureiro de campanha e primeiro-amigo de Collor, Paulo César Farias comandava legiões de correntistas-fantasmas que, abastecidos com dinheiro sujo, bancavam a vida do então presidente.

Um desses extratos teve papel decisivo nas investigações e no impeachment de Collor ao mostrar que seu Fiat Elba havia sido comprado com um cheque emitido por um amigo do além. Dados sigilosos vazados por integrantes da Lava Jato também foram decisivos para os rumos do processo político-eleitoral de 2018.

É evidente que o jornalista não pode grampear conversas alheias, não pode invadir sistemas, não pode pagar por informação. Mas nada nos impede de receber documentos obtidos de maneira irregular. O jornalismo também pressupõe o exercício de espírito crítico, capacidade de avaliação do que merece ou não ser publicado (sim, cito de maneira indireta o lema do New York Times).

Mas esta análise não pode levar em conta preferências político-partidárias do repórter, este não pode raciocinar como militante ou simpatizante de A ou de B. Tem a obrigação profissional de revelar quaisquer irregularidades de que fique sabendo e o direito constitucional de não revelar suas fontes.

(Costumo dizer em mesa de bar que madre Teresa de Calcutá, pessoa boníssima, canonizada pelo papa Francisco, deve ter sido uma péssima fonte. Era tão piedosa que não deveria falar mal de ninguém. E é provável que o gângster Al Capone tenha abastecido jornalistas com ótimas informações — afinal, ele conhecia os podres de todo mundo, inclusive de políticos, da polícia e do Judiciário.)

Não vale, portanto, culpar o carteiro pelo teor da carta; como pregou Belchior: “Por favor, não saque a arma no saloon/ Eu sou apenas o cantor”. Jornalista não pode escolher notícia, nem pode ser punido por cumprir sua obrigação de publicar informações corretas.

Vinicius Lummertz*

Hubris — quando a certeza moral se perde na avenida

Uma antiga lição sobre o risco de a cultura afastar-se da complexidade social

A tragédia grega chamava de hubris a arrogância que nasce da convicção de superioridade moral, a perda de medida que leva indivíduos, elites ou instituições a acreditarem compreender a realidade melhor do que a própria sociedade. O desfile recente da Acadêmicos de Niterói, com sua narrativa política explícita e confrontacional, recolocou essa ideia no centro do debate brasileiro contemporâneo.

Não se trata de questionar a liberdade artística, que deve permanecer ampla e protegida. O ponto é outro. Em certos momentos a manifestação cultural abandona a ambiguidade simbólica e assume a posição de julgamento moral, revelando a crença de que existe uma leitura superior da sociedade e, com ela, o risco de simplificar o mundo real.

Essa postura não é nova. Democracias também podem gerar formas sutis de conformismo intelectual quando grupos passam a acreditar que representam o espírito do tempo, algo que Tocqueville já percebia ao analisar as pressões invisíveis dos consensos morais.

No Brasil, essa matriz consolidou-se a partir dos anos 1970 no ambiente universitário e cultural, sob influência do pensamento marxista e da teologia da libertação, formando o que se convencionou chamar de inteligência cultural brasileira. Como toda hegemonia prolongada, produziu contribuições relevantes, mas também uma inclinação ao pensamento homogêneo, por vezes distante da diversidade concreta da sociedade.

Nos últimos anos, essa tradição dialogou com elementos da cultura woke, sobretudo na lógica de vigilância moral e na predisposição a classificar visões divergentes como sinais de atraso. Não se trata de fenômenos idênticos, mas compartilham a ideia de superioridade que dispensa o esforço de compreender o outro.

Isso ocorre quando teorias passam a ignorar as aspirações sociais concretas. A tradição marxista imaginava o proletariado como sujeito de ruptura, mas a experiência histórica mostrou que, em sociedades abertas, a aspiração dominante não foi abolir a classe média, e sim integrar-se a ela, constatação que Raymond Aron apontou como típica das ilusões ideológicas do século XX.

No Brasil esse traço é evidente. O sonho social majoritário, frequentemente rotulado como conservador por estar ancorado na família, continua sendo ascender, melhorar de vida, garantir estabilidade e ampliar autonomia. A expansão das igrejas evangélicas e a chamada teologia da prosperidade refletem essa busca por progresso material e reconhecimento social, muitas vezes interpretada de forma reducionista. O equívoco estaria, na dimensão do Nobel Amartya Sen, em não perceber o sinônimo: liberdade.

Ignorar essa dimensão constitui exemplo clássico de hubris intelectual, quando a teoria passa a prevalecer sobre a experiência vivida. Ao tratar a classe média e seus valores como categorias suspeitas, parte do discurso cultural deixa de perceber que, para milhões de brasileiros, ela representa não um obstáculo, mas uma conquista.

Na avenida, a imagem dos conservadores enlatados condensou em caricatura

uma realidade social muito mais complexa do que a narrativa sugeria. A fantasia da família em conserva funcionou como rastilho de pólvora ao converter em caricatura uma instituição transversal à sociedade brasileira, gerando a percepção de rebaixamento moral do modo de vida de milhões.

O embate político com personificações e ataques morais na avenida foi, em si, sintoma dessa hubris. Em ano eleitoral, a controvérsia tende a extrapolar o campo simbólico e migrar para o terreno jurídico e partidário, convertendo a expressão cultural em objeto de disputa política. Ao aproximar-se da racionalidade eleitoral, o desfile reduziu o espaço do lúdico e da imaginação, territórios onde a cultura encontra sua força, e passou a operar sob códigos típicos da polarização. A questão que se impõe é se não há aí uma forma de empobrecimento cultural quando a criação abdica de sua ambiguidade para aderir à lógica da disputa.

Essa tensão entre elites culturais e sentimento social não é exclusividade brasileira. Ela emerge sempre que grupos acreditam possuir interpretação definitiva da história e passam a olhar a sociedade mais como objeto de correção do que de compreensão.

O Brasil real revela-se menos ideológico e mais pragmático do que muitas narrativas sugerem, movido pela busca de pertencimento, mobilidade e estabilidade. Como observa Mangabeira Unger, talvez sejamos o maior povo da autoajuda do planeta.

As lições históricas permanecem claras. Sempre que uma visão se apresenta como moralmente incontestável, cresce a probabilidade de desconexão com a realidade.

No fim, a questão talvez seja menos sobre um desfile específico e mais sobre um traço recorrente das sociedades contemporâneas. Sempre que a cultura se aproxima demais da certeza moral e se afasta da escuta da experiência comum, corre o risco de perder a capacidade de representar aquilo que pretende interpretar. A arte vive da ambiguidade, da abertura e da imaginação compartilhada, e é justamente nesse território que encontra sua força e sua legitimidade.

Quando se deixa capturar pela lógica da disputa e pela urgência de afirmar verdades, reduz o espaço simbólico que sustenta sua vitalidade e se aproxima de uma linguagem que lhe é estranha. O episódio recente expõe esse deslocamento e serve como alerta sobre os limites entre expressão cultural e afirmação moral. Um fato foi o rebaixamento da Acadêmicos de Niterói com baixíssimas pontuações. O outro fato, foi a retumbante vitória da Viradouro, escola de Niterói que homenageou a arte do grande carnavalesco Mestre Cixa.

Como lembravam os gregos, a hubris raramente se apresenta como erro. Surge quase sempre como convicção, como certeza de estar do lado correto da história. Talvez por isso mesmo suas consequências sejam percebidas apenas quando o distanciamento entre representação e realidade já se torna evidente.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo**

Tales Faria

Na Ásia, Lula acertou com Haddad a chapa em São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já acertou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), a chapa que apoiará para o governo e o Senado por São Paulo.

O anúncio, no entanto, só deverá ser feito após conversa com as ministras do Planejamento, Simone Tebet (MDB), e do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), assim como com o PSB do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Empreendedorismo, Márcio França.

Lula pretende concluir até o início de março os acertos com todos os personagens envolvidos na discussão sobre a chapa que apoiará em São Paulo.

Estão na comitiva da viagem à Ásia, além de Haddad, duas peças do quebra-cabeças de São Paulo: Marcio França e Marina Silva.

França já anunciou que deseja concorrer a governador. Ele insiste que tem “todas as condições” para derrotar o candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Mas Lula gostaria de ter Haddad ou mesmo Simone Tebet como cabeça da chapa.

Marina Silva não é vista como forte candidata ao governo de São Paulo, pois o estado sofre grande influência do agronegócio. Os aliados consideram-na uma boa candidata ao Senado.

Simone Tebet, por sua vez, ficou no Brasil. Ela esperava acertar com Lula seu futuro durante o Carnaval, mas os dois acabaram não se encontrando.

A ministra está filiada ao MDB, mas negocia a filiação ao PSB, caso decida mesmo transferir o domicílio eleitoral para São Paulo. Se continuar no Mato Grosso do Sul, deve concorrer ao Senado. Se for para São Paulo, não poderá ficar no MDB, pois

o partido, no estado, está fechado com a candidatura de Tarcísio de Freitas. Em São Paulo, ela deve fechar com o PSB e pode concorrer tanto ao cargo de governadora como ao Senado.

Durante a viagem, Lula disse aos auxiliares que já esperava os ataques da oposição à homenagem que recebeu da escola de samba Acadêmicos de Niterói no Carnaval. E que não acredita que o desfile terá influência negativa na campanha eleitoral.

O presidente afirma estar “muito empolgado” com a ideia de começar a campanha à reeleição. Disse que assim que chegar ao Brasil vai tentar fechar as chapas que terão seu apoio em todos os estados.

Março é o prazo limite para acertar as chapas, já que até abril os candidatos em todo país terão que se desincompatibilizar de cargos no poder Executivo.

O fechamento das chapas nos estados terá influência também nas votações no Parlamento. Antes da Viagem, Lula vetou parte do projeto de aumento dos salários dos servidores do Congresso. Os vetos serão submetidos à votação sob grande polêmica.

As prioridades do presidente para o pós-Carnaval são a aprovação do acordo do Mercosul com a União Europeia, a derrubada da jornada de trabalho 6x1 e a nomeação, pelo Senado, do advogado-geral da União, Jorge Messias, como ministro do Supremo Tribunal Federal.

Os parlamentares pretendem votar às pressas os projetos de segurança pública. Além disso, estão em pauta os depoimentos do dono do Banco Master, Daniel Vercaro, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o INSS e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.